

GESTÃO POLÍTICA DAS IDENTIDADES CULTURAIS: DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO *

António Custódio Gonçalves**

As dinâmicas das identidades e das alteridades culturais, que marcaram profundamente as diferentes sociedades, são analisadas numa perspectiva histórica de longa duração *como processos e estratégias* sociais, culturais e simbólicas, em contraponto com as perspectivas essencialistas e nacionalistas, sob a bandeira de pretensas “autenticidades” ou de diversos nativismos ligados a “neonegrismos” e neo-fundamentalismos.

Analisam-se duas lógicas da construção das identidades culturais: por um lado, a lógica dos *sistemas*, com o objectivo de assegurar convergências, arranjos políticos, numa perspectiva de integração/adaptação e numa *visão essencialista*; e, por outro lado, a lógica dos *actores sociais*, ligada à inovação e à produção de sentido, numa *visão construcionista*, com os objectivos de cooperação e de participação, o que supõe a partilha de conhecimentos, de saberes, de projectos em que cada um está implicado e que gera solidariedades, numa conjugação dinâmica entre identidades culturais e sociedade civil, através da indispensável diversidade de opiniões, atitudes e comportamentos e do necessário respeito das alteridades plurais.

* Este artigo resulta do desenvolvimento da minha intervenção no Painel VII: “Identidades culturais: olhares cruzados e plurais nos espaços de Língua Portuguesa”, apresentada ao VI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: “As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: balanços e desafios”, realizado no Porto, de 5 a 9 Setembro 2000.

** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

1. Ambivalência étnica e ambiguidade do Estado: processos de democratização

1.1. Os conceitos de tribalismo e etnicidade cristalizaram, e ainda hoje, a percepção de diversidade cultural, ao mesmo tempo que pretendem rentabilizá-lo politicamente para a minimização dos conflitos sociais e políticos. As democracias modernas foram construídas através da conquista, por meio de um processo de guerras e reivindicações, pela autonomia do indivíduo em relação à lógica da estruturação racional da sociedade. Este movimento fundamental da luta pela democracia constituiu-se através do reconhecimento da liberdade de opinião e de imprensa, do direito de associação e do direito dos partidos políticos e finalmente da definição dos direitos do Homem.

O discurso social acerca da noção de etnia é o discurso das bases sociais, a partir das quais se elaboram e se justificam as estratégias individuais e colectivas da conquista pelo poder. O discurso sobre o enquistamento das identidades nacionais caracterizou os fundamentos das ideologias fascistas. A ausência do neo-colonialismo hegemónico português provocou uma luta aberta entre vários neo-colonialismos que levou Angola e Moçambique a uma guerra longa e devastadora. No pós-guerra, o colonialismo português, isolado ideologicamente, manteve-se porque, como país semi-periférico, garantiu aos países do centro o acesso à exploração dos recursos naturais das colónias, conservando uma vasta região de África sob controlo político pro-ocidental, fora do confronto este-oeste e servindo de escudo à África do Sul. Em África, a independência dos cinco países de língua oficial portuguesa teve lugar no decurso das grandes transformações na sociedade portuguesa com a revolução do 25 de Abril. Estes dois fenómenos ficaram para sempre associados, na medida em que a guerra colonial, a luta dos movimentos de libertação contra o colonialismo, os apoios obtidos entre as elites culturais políticas e militares portuguesas, a par do isolamento internacional de Portugal, foram decisivos para a eclosão da revolução e para a transição democrática.

A estruturação local da “questão étnica” e das suas representações resulta das sequelas duma delimitação colonial absurda que afectou os equilíbrios demográficos e culturais locais. As populações Bakongo, por exemplo, estão hoje divididas entre Angola, o Congo Kinshasa e o Congo Brazzaville.

Quanto às problemáticas relacionadas com o Estado convém, desde já, sublinhar o carácter relativo dos diversos tipos de explicação sobre a formação do Estado, isto é de um aparelho centralizado e hierarquizado dominando o conjunto dum território. O que interessa, a meu ver, é analisar as formas e o funcionamento do Estado, e já não a questão da sua formação.

O Estado é fundamentalmente uma entidade ambígua. Para além de factores ecológicos, económicos, tecnológicos e sociológicos, é necessário ter em conta os factores religiosos e ideológicos. O poder do Estado, sobretudo nas suas formas mais arcaicas, apoia-se no poder mágico e/ou religioso, confundindo-se com o mesmo. Os factores mágicos e/ou religiosos, tais como a complexidade dos rituais e os elementos simbólicos e ideológicos, a sacralização do soberano, os ritos de intronização, os interditos ligados à pessoa do soberano, a associação às forças cósmicas e aos poderes sobrenaturais, entre outros, são reguladores de um excesso de poder no interior da sociedade. Assim se explica a dominação de um grupo minoritário que se apresenta como uma racionalidade transcendente e como um núcleo permanente de acumulação do poder.

1.2. Citarei alguns exemplos que me parecem paradigmáticos da ambivalência étnica e da ambiguidade do Estado.

1. *Ruanda e Burundi.* Tem sido característica dominante o enquistamento étnico de uma classe política, de uma elite social, que se bipolarizou segundo uma linha de confronto, quer de auto-defesa Tutsi, quer de reviravolta Hutu, e que, dividida segundo pertenças étnicas ou territoriais, criou as políticas do clientelismo. Os grupos Tutsis, tidos como hamitas, pastores do Norte, e os grupos Hutus, agricultores bantus, não sendo etnias propriamente ditas, caracterizadas geográfica, linguística e historicamente, conduziram, no entanto, a políticas de exclusão, fomentadas pelos regimes coloniais alemão e belga. Os Tutsis, que representavam cerca de um décimo da população, eram os dominadores; os seus quadros eram formados pelas escolas coloniais que apresentavam a imagem do Tutsi instruído, bem apresentado, oposto ao Hutu, analfabeto e mal vestido. Explorava-se, assim, o mito das origens egípcias e da dita superioridade hamítica para justificar o poder da aristocracia Tutsi ruandesa. Em 1972, a tomada do poder político pela maioria Hutu, no Burundi, provocou represálias violentas da parte das minorias dirigentes

Tutsis e, em seguida, a maioria dirigente Hutu do Ruanda desencadeou uma espiral de violência étnica contra os Tutsis do Burundi. E os factos vão-se repetindo, embora noutros contextos e com outras acentuações.

2. *Congo-Brazzaville* A política étnica foi associada, de forma recorrente, às rivalidades entre os três povos: os Mbochi, ao Norte, os Bakongo, ao Sul no eixo Brazzaville – Ponta Negra e no Sudoeste Atlântico, e os Teke dos planaltos. A colonização, com as divisões territoriais artificiais, acentuou a conflitualidade geo-étnica e o clientelismo dicotómico das identidades culturais, opondo o Norte, menos desenvolvido e dominado, ao Sul, mais desenvolvido e dominador. Após a independência, as lutas pelo poder sucedem-se em termos de equilíbrio ou de alternância da conquista pelo poder entre Norte e Sul.
3. *Angola*. Os principais movimentos de libertação são os seguintes: o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), de etnia Mbundo e língua Quimbundo dominante em Luanda, Kwanza-Norte, Malange e regiões adjacentes; a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), de etnia Bakongo e língua Kikongo, dominante no Norte; e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) de etnia Ovimbundo e língua Umbundo, maioritária no planalto central e no Sul. Nas vésperas da independência, consumou-se a tripolarização, pela competição violenta entre estes três movimentos de libertação recrutados com base étnica ou regional: os Mbundo, os Bakongo e os Ovimbundo, culminando nas convulsões étnicas em 1975 antes da independência. A chegada do MPLA ao poder coincide com o afastamento dos Bakongo e dos Ovimbundo. Consolidava-se, assim, o confronto entre a corrente da “revolução” e das elites intelectuais e a corrente tribalista.

2. A gestão política da heterogeneidade étnica e cultural.

As identidades culturais não são rígidas nem imutáveis: são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades. A cultura é uma auto-criação: são “significantes flutuantes”, ou categorias de análise da realidade social em mutação.

Todos os sistemas de dominação em África exploraram e manipularam as pertenças étnicas, interiorizando os estereótipos da etnologia colonial. A questão étnica aparece de forma quase obsessional nos debates sobre a África contemporânea. As referências étnicas não se reduzem a mapas de identidade de origem colonial. Elas intervêm nos jogos políticos actuais.

Importa reflectir sobre o papel das instituições do Estado e o papel da sociedade civil na construção da liberalização política e da cultura democrática. Nesta reflexão, duas questões parecem-me fundamentais. A primeira está relacionada com a construção da democracia: como levar a democracia ao desenvolvimento económico? A democracia é, sem dúvida, um conceito polémico. Não se trata necessariamente de formas de democracia liberal, de matriz ocidental. A este propósito, haverá que distinguir entre países como o Botswana e a África do Sul, onde formas de democracia liberal estão a tentar-se desenvolver, e países como Angola, Nigéria e Gabão, ricos em petróleo e minerais, que poderão resistir à democratização. A segunda questão refere-se ao papel das “estratégias identitárias” nos projectos colectivos dos processos pró-democráticos: como promover novas sociabilidades associadas à permeabilidade de diferentes culturas e etnias. Creio que a resposta deve encontrar-se no reforço das solidariedades horizontais, enriquecendo as componentes da sociedade civil. Assim, torna-se necessária a dissociação das identidades étnicas em relação ao poder político. A democracia exige que as fronteiras do grupos étnicos sejam, o mais possível, fluídas; caso contrário, poderá surgir o perigo do etno-nacionalismo. Quanto mais centralizada for a definição de pertença de um grupo étnico, menos esse grupo étnico se torna democrático. O etno-nacionalismo surge assim como um instrumento nas mãos de elites intelectuais e dos Estados.

O surto do desenvolvimento urbano das cidades em África mostra a emergência de uma nova lógica. Nos próximos vinte anos, metade da população, segundo as estatísticas, viverá nas cidades que, por natureza, são pluri-étnicas, o que provocará uma redução da expressão política da etnicidade.

Há que distinguir, por um lado, entre “grupos pequenos”, em que não há, em princípio, competição pelo poder político e, frequentemente, aceitam a legitimidade do Estado e o respeito pelos outros grupos, e que revelam os diferentes níveis da democracia na mesma sociedade; e, por outro lado, os “grupos grandes” que são

manipulados pelos poderes políticos e culturais. Trata-se de grupos com poderes únicos, com lógicas e ambições hegemónicas, em que é evidente a ausência de espaço público de informação e de comunicação ou dotados de informações duplas e parciais, bem como a inexistência de embriões de sociedade civil autónoma.

A este propósito, são paradigmáticos os casos do MPLA e da UNITA que continuam, hoje mais do que ontem, a consolidar as lógicas da guerra com todas as consequências mais dramáticas que conhecemos, e a explorar as contradições das lutas hegemónicas pelo poder económico, político e étnico.

Nos países onde os governos se recusam a reconhecer os direitos dos cidadãos, geram-se movimentos sociais e populares como formas de resistência aos poderes hegemónicos, criando novas formas de democracia, nascidas do interior e não impostas de fora. Nestas condições, o agravamento da crise social é inevitável, provocando retornos e enquistamentos identitários e, conseqüentemente, a decomposição do Estado.

O pluralismo estabilizado parece ser condição necessária, embora não suficiente, da democracia e da reconstrução do Estado.

3. Desafios às solidariedades sociais e às identidades culturais

3.1. Um primeiro desafio consiste nas novas dinâmicas sociais e culturais induzidas pela conjugação necessária da globalização e dos particularismos e das especificidades próprias de cada cultura.

A globalização leva ao triunfo do individualismo nas suas formas mais diversas e contraditórias.

São predominantes, assim, as características de sociedades globalizadas e individualizadas, em que se agudizam as rupturas individuais, sociais e culturais. Ao contrário dos finais do século XIX, em que eram fundamentais os desafios às mudanças sociais, hoje somos confrontados com os grandes desafios das mudanças culturais: problemas de cultura, da personalidade e da individualidade. São fundamentalmente, por um lado, rupturas das pertenças e identidades institucionais sociais e culturais e, por outor lado, a maximização do individualismo e da individuação.

Esta globalização englobante e falaciosa e este individualismo feroz e arrogante colocam novas questões à gestão da democracia, ou seja, uma gestão tanto mais ampla quanto possível da diversi-

dade, do reconhecimento dos outros, da alteridade, numa comunidade de leis e de orientações culturais.

Uma das características fundamentais desta gestão reside no diálogo com as outras culturas: o reconhecimento que todas as culturas são esforços, diferentes uns dos outros, para conjugar a racionalidade económica e tecnológica e as diversas matrizes identitárias e culturais, numa interacção construcionista da tradição e da modernidade.

Este diálogo é revolucionário e criador, na medida em que integra grupos e movimentos regionais, religiosos, étnicos, linguísticos, de género, de estilos de vida e de movimentos pelos direitos humanos, pela paz, pela revolução ecológica e por políticas sustentadas do desenvolvimento que minimizem as políticas de desenvolvimento assimétrico, resultantes do abandono das zonas rurais e da fuga para as grandes cidades, do agravamento de trocas desiguais entre a cidade e o campo e da escassez de mão-de-obra nos meios rurais, em detrimento de projectos sociais, educativos, de saúde e de segurança social nos campos, agravando assim a conflitualidade e a insegurança. Trata-se, no fundo, da construção, desconstrução e reconstrução das identidades culturais sob a forma de identidades comunitárias de tipo religioso, étnico, regional ou de outras solidariedades.

Neste contexto, a centralidade das estratégias culturais revela-se decisiva na convocação dos fenómenos globais, regionais e locais. Para minimizar os efeitos perversos da globalização, torna-se urgente, a meu ver, problematizar a maximização das políticas económicas dirigidas por instituições tecnocratas e repensar a adequação da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade dos valores culturais autóctones.

Importa, por isso mesmo, distinguir duas lógicas de globalização: uma, que se traduz na erradicação das diferenças culturais, na destruição dos sistemas de controlo da actividade económica: sistemas políticos, sociais e jurídicos que conduzem à desagregação das instituições; a outra, que se associa à tolerância daquelas e à oposição ao reconhecimento político e institucional da alteridade colectiva.

3.2. Um segundo desafio consiste na mudança de paradigmas operada no domínio das Ciências Sociais e Humanas em relação aos PALOP: do predomínio do eurocentrismo, exógeno, na ciência, no

ensino, nos projectos de investigação passou-se à implementação de modelos de cooperação, de participação e de co-produção com características dominantes do desenvolvimento endógeno.

A ideia de que a África não está preparada para a democracia é inaceitável. A democracia consiste certamente na aquisição e no exercício de liberdades individuais e políticas, mas assenta fundamentalmente na promoção da igualdade social. Assim, devem ser os valores africanos a definir as prioridades do desenvolvimento e da democratização. O desenvolvimento é uma totalidade e um processo cultural integrado, abrangendo valores como o meio ambiente, a harmonia possível da natureza e da cultura, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar.

Mas, como processo cultural integrado, o desenvolvimento deve ser acima de tudo endógeno. Competirá, assim, à própria sociedade e aos seus actores sociais definir e caracterizar as visões e estratégias desse mesmo desenvolvimento.

É neste contexto, que deve ser realizada a conjugação da tradição e da modernidade e a articulação entre a tradição, as culturas das ex-colonizadores e as culturas nacionais. Este é um dos desafios fundamentais colocados à África de hoje, porque o Ocidente impôs os seus valores, não aceitando uma síntese e pretendendo substituir os valores tradicionais africanos, primeiro em nome do cristianismo, depois em nome duma pretensa civilização considerada superior, e finalmente, em termos duma falaciosa ideologia de progresso.

3.3. Um terceiro desafio consiste na conjugação entre a reflexão e a acção, sem fundamentalismos nem profecias negativistas.

Trata-se de processos de modernização, que não devem minimizar as dinâmicas pessoais nem os valores da “tradição viva”. Mas tais processos, muitas vezes, são subvertidos pela subjugação das identidades culturais às leis do mercado.

Um dos papéis fundamentais das Ciências Sociais e Humanas é não só o de produzir um saber-fazer, mas também o de contribuir para um saber-viver juntos. Este saber viver a identidade e a alteridade induz novas configurações das solidariedades na luta enérgica contra fenómenos de exclusão, de racismo e de xenofobia.

Indissociável da democracia e do desenvolvimento, é a construção da cidadania que assegure a autonomia, o respeito e a diferença perante fenómenos avassaladores da burocratização e das indús-

trias culturais e mediáticas, que podem coarctar os direitos fundamentais e os princípios da igualdade e que configuram situações de conflitos desestruturantes ou latentes.

Neste sentido, as Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa são chamadas a constituir uma rede de solidariedades na luta sem tréguas contra a exclusão, o racismo e a xenofobia. Mas a formação desta rede de solidariedades sociais, políticas e culturais assenta no esforço constante de inovação e de criatividade de análise pluridisciplinar e de acção concertada no estudo das culturas e dos valores autóctones.

São estes alguns desafios decisivos que se colocam aos diferentes modos de construção da democracia, da cidadania e do desenvolvimento.

Bibliografia

- ANDERSON, B., *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1990.
- BADIE, B., *L'État importé. L'occidentalisation de l'ordre politique*, Paris, Fayard, 1992.
- CHABAL, P., *Power in Africa*, Londres, Macmillan, 1994;
- *The transition to multi-party politics in Lusophone Africa. Problems and prospects*, in «Lusotopie», 1996, 57-69.
- ELLIS, S. (ed.) *Africa Now. People, Policies, Institutions*, Londres, Heineman & James Currey, 1996.
- GARDNER, K. e LEWIS, D., *Anthropology, Development and the Post-modern Challenge*, Londres, Pluto Press, 1996.
- GONÇALVES, A.C. – *Kongo. Le Lignage contre l'État*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto, Afrontamento, 1997 (1992).
- GUIBERNAU, M. e REX, J. (eds.), *The Ethnicity Reader, Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Oxford, Blackwell Publishers, 1997.
- HAYNES, J., *Democracy and Civil Society in the Third World*, Sussex, Berg Publishers, 1997.
- RAHEEM, A. (ed.), *Pan-Africanism: Politics Economy and Social Change in the Twenty-first Century*, Londres, Pluto Press, 1996.

